

Os Sentidos do Trabalho para um Grupo de Professores de uma Universidade Pública: A Dialética Prazer-Sufrimento em Tempos de Flexibilidade

Autoria: Léia Mara de Menezes, Luciana Holanda Nepomuceno, Ana Cristina Batista-dos-Santos

RESUMO

Tendo como tema os sentidos do trabalho docente no contexto atual do mundo trabalho, a pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos que um grupo de professores de uma universidade pública federal, localizada no semiárido brasileiro, atribui ao seu trabalho, em tempos de flexibilidade. Partindo do pressuposto de que o trabalho é uma categoria estruturante, ao mesmo tempo, da dimensão individual (o trabalhador em sua subjetividade) e da dimensão coletiva (a sociedade em suas múltiplas dimensões), entende-se que o mesmo deve ser objeto especial de estudo em tempos de mudanças, no devir histórico. O texto revisa a literatura resgatando as idéias sobre o trabalho na história da humanidade, e abordando o tema do trabalho docente na contemporaneidade. Em termos metodológicos, a abordagem utilizada na pesquisa foi a qualitativa, com uso da entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados, tendo em vista o entendimento de que a linguagem faz a mediação entre o nível dos sentidos e o nível racional. A análise dos resultados se deu pelo “diálogo reflexivo” com os dados coletados na pesquisa de campo. Tal diálogo se tornou possível pelo processo de imersão-impregnação-compreensão nas/das falas. Estas foram tomadas como uma narrativa totalizante sobre o tema, donde emergiram como resultados os sentidos do trabalho para os professores descritos a partir de duas dimensões analíticas: 1. O que dá prazer; 2. O sofrimento contido no prazer. A dimensão prazer emergiu através dos temas (i) contato humano; (ii) o lugar de trabalho; (iii) a ação de ensinar; (iv) o conhecimento; (v) a independência financeira; e (vi) a flexibilidade de horário. O sofrimento se apresenta nas narrativas ligado aos seguintes temas: (i) divergências nos relacionamentos; (ii) processos burocráticos; (iii) trabalho onipresente. O texto sintetiza provisoriamente suas compreensões afirmando que os sentidos do trabalho, para este grupo específico de docentes universitários, emergem como uma tensão dialética existencial (prazer/sofrimento), que se lhes apresenta como constituinte e estruturante de sua ação no mundo. Esta tensão dialética existencial se manifesta em falas que elaboram prazer e sofrimento como uma totalidade contraditória, uma vez que construída no movimento dialético homem-cultura. Os resultados autorizam afirmar que o discurso contemporâneo da flexibilidade, que prevê processos produtivos, organizações e gestão flexíveis, também se instala em contextos não industriais prescrevendo trabalhadores [intelectuais] flexíveis, com vidas flexíveis. A análise indica que a vivência do prazer no trabalho dos professores convive com desprazer, donde cumpre interrogar: como se opera esta tensão dialética existencial de prazer-sofrimento, no trabalho desses professores? Sinteticamente, os resultados podem ser agrupados em três pares dialéticos constituintes desta tensão, que qualificam os sentidos do trabalho para esses sujeitos, na atualidade: (i) *Contato humano ↔ divergências nos relacionamentos*; (ii) *Lugar-independência-ação-conhecimento ↔ Burocracia*; (iii) *flexibilidade de horário ↔ trabalho onipresente*.

1 INTRODUÇÃO

Este texto se situa entre aqueles que tomam o trabalho como dimensão ontológica, epistemológica e praxiológica fundamental, por entender que ele faz parte da história humana, não só nas formas de trabalho que surgiram ao longo dos séculos, mas por ele ser modificador do próprio homem, por mediar a constituição da sua identidade pela contínua produção da sua existência, e a construção permanente da sociedade (ALBORNOZ, 2008; SAVIANI, 2010). Entende-se aqui o trabalho como instância de mediação das relações homem-natureza, homem-homem e homem-cultura, sendo, portanto, categoria cuja centralidade se dá tanto na esfera social, política e econômica (ANTUNES, 2003a; 2003b; 2005), quanto ao nível individual e existencial, onde a subjetividade e suas demandas se destacam (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; MENDES, 2007a). Partindo do pressuposto de que o trabalho é uma categoria estruturante, ao mesmo tempo, da dimensão individual (o trabalhador em sua subjetividade) e da dimensão coletiva (a sociedade em suas múltiplas dimensões), entende-se que o mesmo deve ser objeto especial de estudo em tempos de mudanças, no devir histórico.

O mundo do trabalho tem passado por diversas transformações, como as mudanças nos processos produtivos, o avanço acelerado da tecnologia informacional, com correspondentes inserções no lócus produtivo, o enxugamento das estruturas organizacionais, a introdução de novas tecnologias de gestão, dentre outros fenômenos que, em conjunto, constituem expressões variadas do chamado sistema de acumulação flexível. Este, de fato, se apresenta como a reação fenomênica do capitalismo à sua crise estrutural, deflagrada nas últimas décadas do século XX (FARIA; KREMER, 2004; HARVEY, 1996). Desde o ponto de vista do trabalho, as constantes mudanças implicam em descontinuidade na práxis do trabalhador (SENNETT, 2007), e, mais profundamente, podem alterar as concepções que se tem de trabalho, e o próprio sentido deste para o trabalhador, pois “a crise atinge também, intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação” (ANTUNES, 2003b, p. 40).

Em meio à atual profusão de mudanças, questiona-se a centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental (OFFE, 1989), sendo destacadas suas metamorfoses (GORZ, 2003). Contrário à tese da não centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, Antunes (2005, p. 39) argumenta que “enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução [discursiva] do trabalho, paralelamente, no mundo real, no plano ontológico, este se converte (novamente) em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade”, já que se está diante de uma nova morfologia ou nova polissemia do trabalho. Essas “novidades” afetam, então, a classe que vive do trabalho, na dimensão exterior, que se evidencia na realidade concreta das mudanças nas organizações de trabalho, e, também, nas dimensões subjetiva, política e ideológica.

Tomando classe trabalhadora como a totalidade dos assalariados, homens e mulheres, que vivem da venda da sua força de trabalho, este texto elege para estudo um tipo específico de trabalhador, cuja práxis emerge multifacetada, no devir histórico: trata-se do professor universitário, empregado em universidades públicas brasileiras, na contemporaneidade. O trabalho docente não escapa, na atualidade, dos processos de reestruturação, que têm como algumas de suas conseqüências a intensificação do trabalho e a precarização das condições e relações de trabalho (OLIVEIRA, 2004). Em se tratando de universidades públicas, observa-se a influência das idéias da chamada Nova Gestão Pública ou Reforma Gerencial (BRESSER-PEREIRA, 2010), que, embora não tenha sido declaradamente assumida pelas universidades, vêm paulatinamente sendo introduzidas no contexto universitário como uma espécie de novo ideário, ou, como diriam Bourdieu e Wacquant (2000), uma *novilingua*, que

tem a função de afirmar o pensamento único e de solução única para as crises do momento e, conseqüentemente, uma solução irreversível. O movimento da Nova Gestão Pública se consolida pela importação, para o âmbito da gestão pública, de conteúdos historicamente associados ao espaço da administração empresarial (MADUREIRA; RODRIGUES, 2006; OSÓRIO, 2005), sob uma noção gerencialista do tipo produtivista e pragmática, própria a uma racionalidade predominantemente instrumental.

Considerando o tema sentidos do trabalho docente no contexto atual do mundo trabalho, a pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos que um grupo de professores de uma universidade pública federal, localizada no semiárido brasileiro, atribui ao seu trabalho, em tempos de flexibilidade. Além desta introdução, na segunda parte, o texto revisa a literatura sobre o trabalho na história da humanidade, e o trabalho docente na atualidade. A terceira parte socializa a estratégia metodológica da pesquisa, seguida, na quarta parte, pela apresentação os resultados. A quinta parte traz a discussão dos resultados. A síntese provisória dos autores é apresentada na sexta parte como um convite à interlocução.

2 DA HISTÓRIA DO TRABALHO AO TRABALHO DOCENTE NA ATUALIDADE

O trabalho, como propõe Bauman (2001, p. 15), é um daqueles “conceitos básicos em torno dos quais as narrativas ortodoxas da condição humana tendem a se desenvolver”. Historicamente, o primeiro estágio de ligação da condição humana ao trabalho, nas chamadas Sociedades Primitivas, se dá na economia extrativista através do esforço complementar do homem no uso da natureza. O homem com o auxílio dos seus instintos, colhe, pesca e caça para sua própria subsistência, estando o trabalho inscrito na totalidade da vida dos chamados povos pré-letrados (ALBORNOZ, 2008; RAMOS 2009).

Na Antiguidade Clássica, o trabalho emerge como labor, relacionando-se ao processo de suprimento das necessidades vitais e de reprodução da vida humana, com inscrição ao nível do corpo. O labor estava restrito à esfera privada, à vida doméstica, sendo a figura do escravo a que tipificava, na Grécia antiga, o exercício do labor. Assim como os animais domésticos, o escravo – *animal laborans* - atendia com o corpo às necessidades da sua vida, mas, principalmente, da vida do seu senhor. Era o trabalho, portanto, atividade própria àqueles que haviam perdido a liberdade, associado à idéia de sofrimento e infortúnio. Com baixa centralidade, o trabalho emergia, na sociedade antiga, do antagonismo entre o cidadão e o escravo. O primeiro era o homem público, livre, freqüentador da polis, que se ocupava de temas como a vida contemplativa, a virtude, a felicidade, o diálogo, a política. O segundo era o homem aprisionado ao reino das necessidades. Para Aristóteles, como para outros gregos, o trabalho deveria ser feito por escravos, fazendeiros ou homens de negócio, pois tal tipo de atividade era inimigo da vida do cidadão livre (ARENDRT, 1995; BENDASSOLI, 2007; BORGES, 1999).

Na Idade Média, com o feudalismo como sistema produtivo e de organização social, o meio de produção predominante continuava sendo a terra e a agricultura a principal atividade produtiva; porém, ocorre a substituição do trabalho escravo pelo trabalho servil (WILBERT 2002). O homem laborava na terra, e a ela estava ligado. Ramos (2009) destaca, entretanto, que na Idade Média houve uma transformação na idéia de trabalho, ao qual foi atribuído certo valor. Julgava-se que além de preparar a alma para a vida contemplativa, o trabalho ocupava o corpo, livrando-o das “tentações”. Esta concepção era fortemente influenciada pela religião cristã a qual diversificou à época, as visões sobre o trabalho, destacando-se, por exemplo: (i) o caráter de utilidade para o corpo em face das exigências naturais, numa perspectiva de suficiência da vida através do trabalho; (ii) a visão agostiniana de co-criação entre Deus e o homem, atrelando-se a Deus a providência natural e ao homem a providência voluntária, por

meio do trabalho; (iii) o caráter de esforço e punição, por meio do trabalho, associando-o ao castigo divino decorrente da “queda do homem”; (iv) a noção de trabalho como valor instrumental, como meio, e não como um fim em si mesmo (BENDASSOLLI, 2005).

É no período Renascentista, fase de transição entre as Eras Medieval e Moderna, que o trabalho passa a ser visto como criação e autoexpressão humana, um valor e fim em si mesmo. A ele associam-se idéias como arte, criatividade e inventividade humana, emergindo a figura do artesão, *homo faber* por excelência, como antítese do *animal laborans* da antiguidade. O *homo faber*, entendido como aquele que usa seu corpo livremente e suas mãos como instrumentos, produz objetos de uso que se caracterizam pela durabilidade, fruto da criatividade e engenho humano. O artesão tipifica o conceito de *homo faber*, em sentido puro, uma vez que era livre e desenvolvia sua autonomia em pelo menos quatro aspectos: (i) concepção do trabalho; (ii) processo de realização do trabalho; (iii) destino do trabalho (uso ou venda); (iv) domínio do seu corpo e do seu tempo no trabalho (AKTOUF, 2004).

Porém, é também com o processo de superação da tradição, próprio do período Renascentista, com conseqüente secularização pelas vias da racionalização, que a Modernidade desponta como um tempo em que a mais privada de todas as atividades (o labor) se torna pública, potencializando-se sua inerente produtividade. Assim, Arendt (1995, p. 76) argumenta que é “mediante violenta opressão numa sociedade de escravos, ou mediante a exploração na sociedade capitalista, que a produtividade pode ser canalizada de tal forma que o labor de alguns é bastante para a vida de todos”. É exatamente com a incorporação da noção de produtividade ao trabalho humano, organizando e dividindo tarefas com o fim de formar excedentes para geração de riquezas, que o trabalho passou a ser executado à maneira do labor. É, então, fenômeno da Modernidade, especificamente com o advento do capitalismo, a visão do trabalho como uma mercadoria. O sentido anterior do trabalho como forma de realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho é transformado. O mesmo torna-se assalariado e alienado, perdendo o sentido anterior de criação de coisas úteis para a realização humana e tornando-se meio para acumulação de capital. Nas sociedades modernas, o trabalho torna-se uma atividade institucionalizada cuja existência assume uma importância decisiva na vida do homem em sociedade (ANTUNES, 2005; BENDASSOLLI, 2009; RAMOS, 2009).

Em tempos modernos, os sentidos do trabalho são construídos a partir dos movimentos do capitalismo. Sobre este último, Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que podem ser consideradas três fases para o “espírito” do capitalismo, no recente séc. XX: a primeira corresponde ao capitalismo familiar, dominante até os anos 1960; a segunda fase do é a que se expressa no capitalismo burocrático, com relevância entre os anos 1960 e os anos 1990; já na atualidade, o espírito do capitalismo se apresenta como capitalismo flexível, potencializado a partir dos anos 1990. Durante mais da metade do século XX, o processo de produção de mercadorias no modo capitalista é estruturado com base no modelo taylorista/fordista, caracterizados pelos princípios da administração científica, pela linha de montagem, pela padronização dos componentes e verticalização da produção (FARIA; KREMER, 2004).

Antunes (2003b) afirma que é baseado no modelo fordista que a indústria e o processo de trabalho se consolidam ao longo do século XX. Contudo, no início dos anos 1970, especialmente a partir da crise mundial do petróleo, tal modelo começa a apresentar sinais de esgotamento, como a queda da produtividade, a queda tendencial da taxa de lucros, e conseqüente perda da competitividade da indústria (ABRAMIDES; CABRAL, 2003; FARIA; KREMER, 2004). Com isso, o capital passou a buscar alternativas para manter seus níveis históricos de acumulação. Da crise do capital e do processo de reestruturação que emergiu a partir dessa crise, surge uma nova fase do capitalismo que traz implicações para o trabalho. Esta nova fase tem se instalado sob uma nova visão paradigmática, a da flexibilidade, que

emerge como nova configuração ideológica, sob uma perspectiva econômica neoliberal. Esta nova visão corresponde à fase de especialização ou acumulação flexível que propõe mudanças em três dimensões do mundo do trabalho: (i) a produção; (ii) as organizações de trabalho; e (iii) a gestão (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; FARIA; KREMER, 2004; HARVEY, 1992; SENNETT, 2002). Segundo Sennett (2002), essas mudanças implicam em descontinuidade na prática do trabalhador, o qual perde as referências construídas na experiência. Discursivamente, propaga-se a ideia de um trabalhador flexível às demandas da hora. Tal representação, a da flexibilidade, escapa à provincialidade do trabalho operário industrial, e se propõe como um novo ideário para a classe que vive do trabalho.

É neste contexto sócio-histórico que se apresentam as novas demandas para o trabalho docente. Em tempos de neoliberalismo, de uma visão mercantil do ensino, se instala um debate em torno das especificidades do trabalho dos professores (COSTA; MARAFON, 2009). Há uma discussão que envolve o processo de trabalho e a especificidade do trabalho na educação. Algumas abordagens defendem que a especificidade do trabalho escolar é relevante e por isso, o trabalho na escola deve ser analisado de maneira diferente dos outros trabalhos, não estando presentes na escola as relações de trabalho que podem ser consideradas de natureza própria do capitalismo. Outros dizem que essas diferenças presentes no trabalho docente são secundárias e, portanto, a lógica capitalista presente na fábrica é a mesma presente no ambiente educacional (HYPOLITO, 2010). Para Miranda (2006), mesmo a escola sendo uma instituição de origem pré-capitalista, a lógica capitalista que trouxe grandes transformações para a sociedade, conseguiu também chegar ao seu interior, impondo a divisão sócio-técnica do trabalho e novas formas de contratação e subsunção dos trabalhadores da educação. É assim que o professor, ao ter que se flexibilizar às demandas do momento, vem perdendo em autonomia.

Sobre o professor universitário, Chauí (1999) destaca que nos últimos anos, as instituições de ensino superior brasileiras passaram a ser regidas pela lógica mercantilista do custo/benefício, e do pragmatismo que foca em resultados com o mínimo de custos, sem que se discuta quais são os resultados próprios à educação. Em decorrência disso, “é instaurada na dinâmica do trabalho docente uma relação trabalhador-cliente esvaindo-se, assim, de sentido o papel da instituição e da relação professor-aluno.” (AMORIM, 2010, p. 3). Assim, hoje, o professor de ensino superior é “na ótica institucional aquele cujo plano de trabalho dispõe de horas de pesquisa, mas é também aquele cujas horas em ensino são tantas que não propiciam espaço para as investigações e, por vezes, nem para a preparação das aulas” (CARLOTTO, 2004, p. 147). Esta nova configuração do trabalho universitário pode produzir motivação e enriquecimento, como pode ocasionar situações de favorecimento de estresse no trabalho, inserindo-se na inédita cultura de ansiedade da contemporaneidade (FONTENELLE, 2008).

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa se deteve nos sentidos que os professores atribuem ao seu trabalho, entendendo que do “diálogo reflexivo” com as falas dos sujeitos é possível compreender tais sentidos, tendo em vista que a linguagem faz a medição entre o nível dos sentidos e o nível racional (FIORELLI, 2009). O trabalho de pesquisa foi de cunho qualitativo, dada a compreensão de que os mesmos podem

descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (BARROS; LEHFELD 1990, p. 52).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, que busca uma maior familiaridade com o problema elegido para estudo (RICHARDSON, 1985; VERGARA, 2004). Em termos de técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, entendendo a entrevista como instância de “interação entre pesquisador e pesquisado. [...]”. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, 2007, p. 124). Fundamentando-se nessa compreensão, o estudo visou compreender através dos pensamentos, dos saberes, das representações, do que fazem e de como argumentam os professores entrevistados, qual o sentido que estes atribuem ao seu trabalho. Durante as entrevistas, utilizou-se o roteiro apresentado no Quadro 1, com o uso de questões alternativas, quando necessário.

| Questões principais | Questões alternativas |
|---|--|
| 1. Eu vou mostrar agora uma palavra, e você irá me dizer tudo o que vem a sua cabeça. | Quando você pensa em trabalho você pensa em ... |
| 2. Me fale um pouco sobre a sua trajetória profissional. | O que você fazia antes de trabalhar aqui... como chegou até aqui. |
| 3. Me fale um pouco como é o seu dia-a-dia aqui na universidade. | Me fale como é o seu trabalho, como você desenvolve o seu trabalho, quais as suas tarefas. |
| 4. O que você considera mais importante no seu trabalho? | Quais as tarefas mais importantes no seu trabalho. |
| 5. Por que é importante pra você realizar esse trabalho? | |
| 6. Como é a sua vida fora do trabalho? | O que você faz fora do trabalho? Quais atividades você desenvolve fora do trabalho? |
| 7. Como o seu trabalho se relaciona com as outras atividades da sua vida? | Qual a relação que tem o seu trabalho com as suas atividades fora do trabalho? |
| 8. Como você vê seu trabalho em sua vida? | |
| 9. Como você acha que o seu trabalho é visto aqui, na Universidade? | |
| 10. Como é pra você realizar esse trabalho? | |
| 11. No seu dia-a-dia, no seu trabalho o que você acha que as pessoas esperam do seu trabalho? | |
| 12. Se você pudesse acrescentar algo ao seu trabalho, o que você acrescentaria? E se pudesse retirar? | Algo que você gostaria que o seu trabalho tivesse e algo que você retiraria dele. |
| 13. Se você não precisasse mais trabalhar, como você acha que seria? | |
| 14. Se você ficasse sem trabalhar como você acha que seria? | Você acha que sentiria falta de alguma coisa? |
| 15. Pra você, o que é trabalho? | |
| 16. Se você fosse comparar o seu trabalho com alguma coisa, o que seria? | |

Quadro 1 - Roteiro das Entrevistas

Fonte: Elaboração própria, 2010

Foram realizadas cinco entrevistas utilizando o critério de saturação dos dados e do alcance dos objetivos, pois os “investigadores qualitativos aferem a altura em que terminaram o estudo quando atingem aquilo que designam por saturação dos dados, o ponto da recolha de dados a partir do qual a aquisição da informação se torna redundante” (BOGDAN; BILKEN, 1994, p. 96). O quadro 2 apresenta a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

| Sujeito | Idade | Sexo | Estado Civil | Título | Tempo de trabalho na Instituição | Tempo de trabalho como professor |
|---------|-------|------|--------------|-----------|----------------------------------|----------------------------------|
| E1 | 37 | F | Casada | Mestrado | 1 ano | 7 anos |
| E2 | 29 | F | Solteira | Doutorado | 2 anos e 6 meses | 3 anos |
| E3 | 29 | M | Casado | Mestrado | 2 anos | 3 anos |
| E4 | 31 | F | Casada | Mestrado | 3 anos | 6 anos |
| E5 | 42 | F | Divorciada | Mestrado | 4 anos | 11 anos |

Quadro 2 - Caracterização dos sujeitos de pesquisa

Fonte: Elaboração própria, 2010.

O primeiro contato com os sujeitos de pesquisa foi feito pessoalmente, quando foram esclarecidos os aspectos gerais da pesquisa e solicitado o consentimento para participação. A seguir foram agendadas as entrevistas conforme conveniência mútua. Todos os entrevistados escolheram os seus escritórios de trabalho como local da entrevista. No início dos encontros eram entregues e assinados os documentos protocolares da pesquisa (Termos de Consentimento e Confidencialidade). Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos. As entrevistas foram transcritas de forma integral somando em torno de 162 minutos de áudio, resultando em 49 páginas digitadas.

A análise ocorreu através do processo dinâmico de imersão-impregnação-compreensão das falas dos sujeitos, que, em um primeiro momento foram tratadas em sua singularidade. Quando a narrativa dos sujeitos tornou-se uma totalidade para os pesquisadores, procurou-se, então, compreendê-la ante o objetivo proposto para o trabalho. A leitura repetida das entrevistas possibilitou que os pesquisadores tivessem um maior contato e familiaridade com as falas o que auxiliou neste processo de categorização, que foi mediado pela análise do tipo temática (MINAYO, 2004). Atentou-se, permanentemente, para as convergências e divergências que perpassavam a narrativa totalizante.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os sentidos do trabalho para os professores são descritos a partir de duas categorias: 1. O que dá prazer; 2. O sofrimento contido no prazer. O trabalho relacionando ao prazer parece atravessar elementos como o contato humano, o lugar de trabalho, a ação de ensinar, o conhecimento e a independência financeira e, flexibilidade do horário (Figura 1). O sofrimento parece emergir nas narrativas relativas às divergências nos relacionamentos, os processos burocráticos e o trabalho onipresente (Figura 2).

4.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS PROFESSORES: O PRAZER

Vistas em sua totalidade, as entrevistas parecem indicar que os sujeitos entrevistados conferem a seu trabalho um sentido derivado da sensação de prazer em exercê-lo. De forma acentuada, parece ser indicada, também, uma separação entre o sentido que eles dão a seu trabalho e o sentido que eles parecem dar ao trabalho de maneira geral. Assim pode-se pensar que há uma distinção feita pelos entrevistados entre o seu próprio trabalho e o trabalho dos Outros. Há uma separação, nos discursos, entre o “meu” trabalho que tem conotação de prazer e causa satisfação e o trabalho dos “outros” que aparece com conotações de sofrimento e obrigação. Tal distinção pode ter como uma de suas causas as características peculiares do trabalho do professor como, por exemplo, a possibilidade de autonomia e manutenção da relação entre concepção e execução do trabalho.

Uma escuta atenta sugere um aprofundamento da discussão sobre o prazer no trabalho docente. O discurso dos entrevistados parece relacionar as sensações de prazer com as interações sociais e há uma parte do exercício da profissão que é reputada como obrigação e

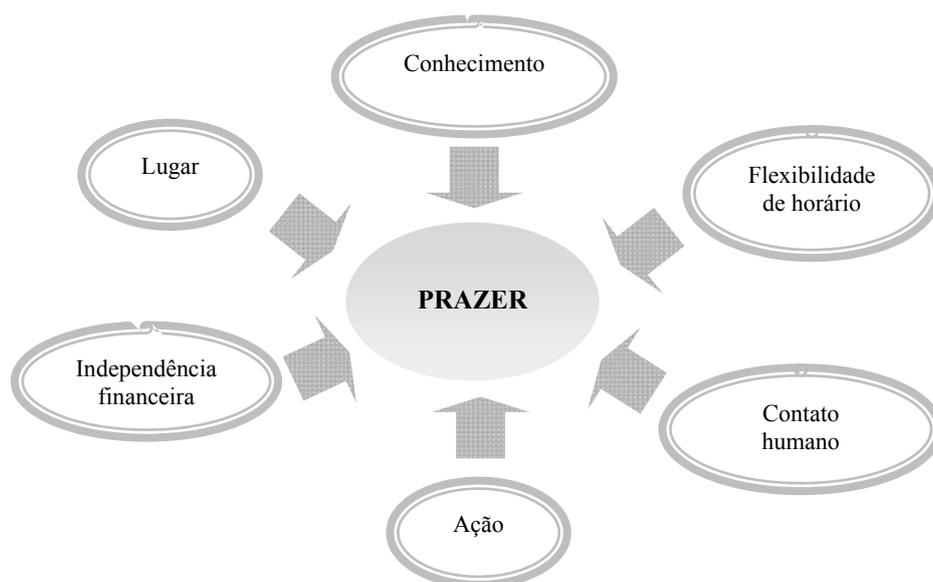


Figura 1 – Dimensão Analítica: Prazer
Fonte: elaboração própria, dados da pesquisa (2011)

parece não ser associada a nenhuma sensação de bem estar. A expressão: “*se fosse só prazer, (...) ele não seria trabalho, ele tem a parte de obrigações que são chatas*” (entrevistado) ilustra essa dicotomia presente nos discursos. O não-prazer de participar das reuniões, levar trabalho pra casa, preparar aulas e demais atividades inerentes ao ofício são apresentadas como independentes do trabalho em si, que seria satisfatório, mas ao mesmo tempo parecem ser exatamente o desempenho do trabalho e, assim, o trabalho não seria prazer, mas não-prazer. O sentido do trabalho revelado como prazer, presente nas narrativas faz levantar a seguinte pergunta: o que proporciona prazer no trabalho dos professores? Das análises das falas emergiram os seguintes temas: 4.1.1 Contato humano; 4.1.2 Lugar; 4.1.3 Ação; 4.1.4 Conhecimento; 4.1.5 Independência financeira; 4.1.6 Flexibilidade de horário.

4.1.1 Contato humano

Um dos aspectos que se destaca no discurso dos entrevistados é a ênfase no contato humano como promotor de prazer no trabalho. Eles acentuam aspectos como relacionamento com pessoas diferentes e construção de vínculos amigáveis como elementos constituintes desse prazer.

Nesse sentido, Morin (2001) afirma que o contato com os outros, as relações numerosas, e às vezes intensas, contribui tanto para o desenvolvimento da identidade pessoal e social do trabalhador, como para o desenvolvimento de laços de afeição duráveis em que irá buscar segurança e autonomia pessoal. Mendes (1999) acrescenta que as relações socioprofissionais, quando caracterizadas pelo respeito, cooperação e solidariedade desempenham o papel de superar o sofrimento no trabalho, principalmente quando esse sofrimento está relacionado com a natureza da tarefa, ocasionando a vivência do prazer.

4.1.2 Lugar

Os professores mostram satisfação ao se referirem à universidade como lugar de trabalho. Todos os entrevistados já tinham trabalhado em universidades privadas e quando

questionados se sentiram diferenças entre trabalhar na universidade pública e trabalhar na universidade privada o discurso deles foi revelador de um prazer maior em trabalhar na universidade pública. Para eles, o fato do professor na universidade privada ser horista, parece exigir bem mais deles no trabalho e eles acabam não tendo muito tempo para atividades que consideram importantes, como a pesquisa. As condições físicas também são fatores que contribuem para o prazer no trabalho, tanto que emerge o desejo de reprodução dessas condições para os alunos.

4.1.3 Ação

A ação de ensinar é outro elemento que aparece no discurso dos professores como responsável pelo prazer contido no seu trabalho. Sobretudo, porque para eles, ela possibilita realização, satisfação, alegria e o bem estar no trabalho.

As narrativas permitem ainda o entendimento de que o prazer está relacionado ao fato dos professores realizarem tarefas com as quais se identificam. Ao narrarem o seu trabalho, os professores falam de três principais tarefas: o ensino, a pesquisa e a extensão, mas, no geral, eles consideram mais importante o ensino. Além do trabalho de sala de aula eles citaram as diversas reuniões que participam, e, ao que parece, estas existem para se tentar planejar algumas das tarefas do dia-a-dia dos professores através do diálogo que se estabelece nesses ambientes.

4.1.4 Conhecimento

Através das narrativas, os professores atribuem importância ao conhecimento no seu trabalho. De maneira que o conhecimento também se apresenta como um dos elementos responsável pelo prazer no trabalho. Os discursos deles mostram a necessidade que eles sentem de sempre estarem buscando o conhecimento e também de passar o conhecimento para outras pessoas. O prazer decorrente do conhecimento parece estar relacionado ao poder que este confere ao professor e que acaba por colocá-lo em uma posição privilegiada nas relações de poder existentes na sala de aula. Ao professor é dado o poder de selecionar os conteúdos discutidos em sala de aula. E esse poder parece ir ainda mais além dos conteúdos ministrados em sala de aula, os professores apontam para um poder sobre aspectos mais profundos da formação do aluno, como parece indicar a assertiva: *“Porque eu posso formar pessoas, né? [...] eu ainda tenho a capacidade, como professor, de modificar às vezes a mentalidade das pessoas para que elas sejam profissionais melhores, mais capacitados”* (entrevistado).

4.1.5 Independência financeira

O trabalho para os professores é narrado como um meio para o homem alcançar sua independência financeira, as falas mostram também que os professores acreditam que através do trabalho o homem obtém a sua liberdade e autonomia. De certa forma, isso está relacionado à centralidade que o trabalho tem para a vida deles, uma vez que eles quando se imaginam sem trabalhar pensam logo em como seria difícil sobreviver sem o trabalho.

Nesse sentido, Morin, Tonelli e Pliopas (2007) afirmam que o dinheiro ganho como fruto do trabalho está relacionado à perspectiva de autonomia e independência do trabalhador. Essa autonomia tanto pode ser presente como cogitada no futuro: um trabalhador que se vê trabalhando muitas horas por dia com o objetivo de progredir na escala hierárquica, ganhar mais e pode alcançar desejos tais como: ter mais tempo disponível, ganhar o suficiente para poder sustentar filhos, ter moradia e alcançar uma melhor qualidade de vida. E ainda, essa

autonomia financeira está também relacionada à liberdade de escolhas do indivíduo, que passa a não depender de outras pessoas para tomar suas decisões.

4.1.6 Flexibilidade de horário

Outro aspecto percebido nas narrativas dos professores que possibilita prazer é a flexibilidade de horário. As características próprias do trabalho do professor que parecem diferenciá-lo dos outros trabalhos e a Universidade Pública permite que algumas das tarefas do professor como, por exemplo, atividades de pesquisa, correções de provas, elaboração de aulas, sejam realizadas fora do ambiente de trabalho. Isso é visto por eles como um ponto positivo e, portanto, proporcionador da sensação de prazer. O prazer decorrente da flexibilidade do horário, de não ter de bater ponto, pode está relacionado ao fato de que o ponto é um mecanismo de controle presente na maioria das organizações, e a não existência dele dá a sensação de liberdade ao trabalhador.

4.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS PROFESSORES: O SOFRIMENTO

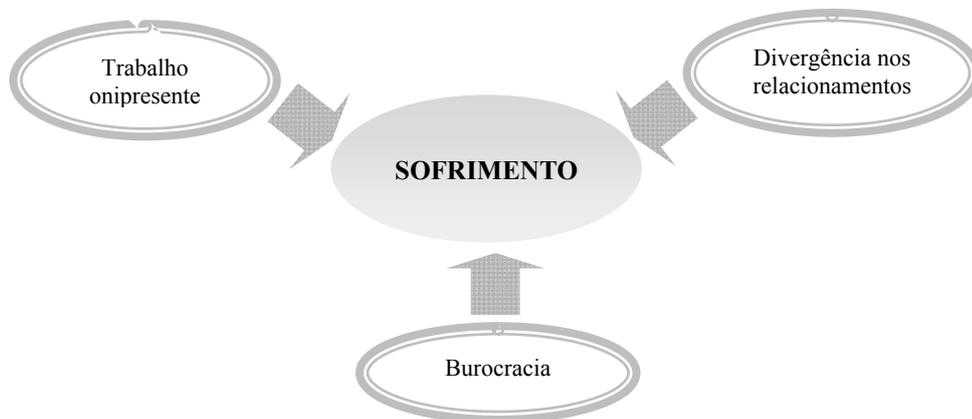


Figura 2 – Dimensão Analítica: Sofrimento
Fonte: elaboração própria, dados da pesquisa (2011)

Para Mendes (1999, p. 32) “o sofrimento é a vivência de desgaste no trabalho”. O desgaste representa a sensação de cansaço, desânimo e descontentamento com o trabalho. As vivências de sofrimento no trabalho estão relacionadas principalmente à divisão e padronização das tarefas, a rigidez hierárquica, ao excesso de procedimentos burocráticos, falta de participação nas decisões e ao não reconhecimento e pouca perspectiva de crescimento profissional sentidos pelo trabalhador (MENDES, 1999).

Embora o discurso em relação ao sentido do trabalho como prazer seja predominante nas falas dos entrevistados, a análise permitiu a compreensão de que existem elementos que revelam um sofrimento contido no prazer. Dessa maneira, prazer e desprazer parecem conviver juntos no trabalho dos professores. Através da análise pode-se inferir que a vivência de sofrimento está relacionada: 4.2.1 Às divergências presentes nos relacionamentos; 4.2.2 À burocracia; 4.2.3 Ao trabalho onipresente.

4.2.1 Divergências presentes nos relacionamentos

Ao mesmo tempo em que o relacionamento com as pessoas gera prazer, uma análise mais aprofundada das falas dos professores permite compreender que o mesmo também é fonte de desprazer, uma vez que as divergências pessoais acabam gerando descontentamento, brigas e guerras.

De maneira geral, os discursos parecem indicar que as boas relações são de caráter vertical (professor-aluno) e as relações que geram não-prazer são as de caráter horizontal (professor-professor). Pode-se indagar se a relação de prazer oriunda das relações verticais são propiciadas, em algum aspecto, pela relação de poder própria da situação professor-aluno, já que em alguns momentos aspectos vinculados à formação do outro e poder decidir sobre a vida do aluno são explicitados na fala dos professores.

4.2.2 Burocracia

A burocracia presente no serviço público foi apontada nas narrativas dos sujeitos como uma das causas do sofrimento no trabalho. Quando interrogados sobre o que retirariam do seu trabalho, alguns professores disseram que retirariam a burocracia existente no serviço público. E, ainda, nas falas, a burocracia existente no serviço público é chamada por eles de “burocracia burra”. Tal compreensão parece indicar que os sujeitos vivenciam situações que teoricamente são tidas como disfunções da burocracia, na medida em que a burocracia entendida em sentido weberiano como um sistema que tem por objetivo a organização da cooperação entre as pessoas na organização, cada qual detentora de uma função, constitui-se, na realidade, um mito ou ficção (MOTTA; VASCONCELOS, 2006). Ainda, é possível compreender que tais “disfuncionalidades burocráticas”, sentidas pelos sujeitos como geradoras de sofrimento, guardam relação com a representação da burocracia como controle, poder e alienação (MOTTA, 1981), na medida em que organizações burocráticas figuram como “gaiolas de ferro” onde a existência dos trabalhadores se passa cotidianamente.

4.2.3 Trabalho Onipresente

O trabalho do professor não é executado apenas no lugar de trabalho, isso decorre, sobretudo da flexibilidade de horários que seu trabalho permite, existindo tarefas que são realizadas em casa. A flexibilidade de horário já foi analisada sob a ótica do prazer emergente no discurso, mas uma análise mais aprofundada das falas parece apontar que decorrente da flexibilidade do horário existe um trabalho onipresente, ou seja, o que é trabalho para o professor não fica apenas no ambiente de trabalho, no contexto visível da “gaiola de ferro”, se tornando quase impossível para eles separar vida no trabalho de vida fora dele. Isso também faz com que o trabalho dos professores seja muitas vezes exigente e causador de sentimentos como tensão e angústia, sentimentos esses que parecem ser derivados do desprazer.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A relação homem/trabalho produz efeito de transformação em hábitos, gestos, forma de se vestir e comportamento. O trabalho também enriquece o homem, à medida que proporciona bens, mesmo que não materiais, como conhecimento, habilidades e experiências (CODÓ; VASQUES-MENEZES, 2000). Porém, nem sempre o resultado do trabalho é para o homem algo positivo, o trabalho que proporciona o seu desenvolvimento é trabalho não fragmentado, no sentido de que o trabalhador não é desprovido do conhecimento do todo no processo, ele mesmo pensa e executa, sozinho ou em conjunto com outros trabalhadores, suas tarefas. Mas, às vezes, quando se insere num contexto político, econômico e social, o trabalho

assume outra realidade, e o produto do trabalho humano, externo ao trabalhador, esconde as condições vergonhosas em que foi produzido (CODO; VASQUES-MENEZES, 2000).

O trabalho pode ser completo ou fragmentado, e como resultando provido ou desprovido de significado para aquele que o executa, um mesmo trabalhador pode ser responsável por planejar e executar seu trabalho ou pode, ao contrário, ser totalmente alheio a uma dessas partes, isso porque a maneira como a divisão do trabalho se apresenta na sociedade se modifica de acordo com as etapas do percurso histórico da humanidade (CODO; VASQUES-MENEZES, 2000).

Os estudos da Psicologia Organizacional e do trabalho defendem que na relação do trabalhador com o seu trabalho, quanto mais dotado de criatividade e completo for o trabalho, mais o homem se construirá através desse, e quando mais fragmentado, mais o trabalho torna o homem alienado (CODO; VASQUES-MENEZES, 2000).

A análise das falas dos sujeitos dessa pesquisa parece mostrar o prazer no trabalho dos professores tem relação com o ciclo do seu trabalho, que é diferente do dos outros trabalhadores. O trabalho do professor, por ter diversas tarefas, não apresenta repetição acentuada em curtos espaços temporais. Isso se soma à possibilidade que os professores têm de organizar as tarefas em liberdade, já que as mesmas não precisam seguir uma ordem rígida. Este processo permite que os professores desenvolvam uma relação melhor com o produto do seu trabalho. O ciclo maior do trabalho do professor permite que ele tenha um *feedback* do trabalho que realiza, uma vez que o professor acompanha o aluno, nesta instituição, por um ano ou mais, podendo perceber mudanças no aluno decorrentes do seu trabalho, o que parece acarretar no professor um sentimento de satisfação ao ver que contribuiu tanto para a formação no sentido de socialização de conhecimento, quanto para a sua formação pessoal, incluindo desenvolvimento de crenças e valores. Nesse processo, o professor por vezes percebe que também muda.

Codo e Vasques-Menezes (2000), em pesquisa sobre o trabalho dos professores, afirmam que estes se sentem satisfeitos com o trabalho que desenvolvem, sentem-se envolvidos e tem uma relação positiva com o produto do seu trabalho. As várias atividades que os professores realizam e o intervalo maior entre as tarefas fazem com que as tarefas se tornem menos repetitivas e mais ricas de conteúdo e, assim, estimulantes para o professor. Na análise, emergiu que o professor tem o controle sobre a maior parte do seu trabalho, ele pode escolher os conteúdos que irá ministrar em sala, os exemplos que irá usar, o material que irá utilizar, esse controle parece tornar o trabalho mais significativo para ele. Ao ter o domínio de parte do seu trabalho, de poder organizar as suas tarefas da maneira que achar mais conveniente, o professor se sente um agente ativo no processo de trabalho. Ainda como resultado do controle que exerce sobre algumas tarefas no seu trabalho, emergiu nas narrativas dos professores o trabalho como desafiador, uma vez que características próprias do trabalho do professor exigem que ele esteja sempre estudando, se atualizando e buscando formas de melhorar o trabalho.

A distinção que os professores fazem nas falas entre o seu trabalho e o trabalho dos Outros, parece também estar associada ao fato do produto do trabalho do professor surgir-lhe como diferente, enquanto nos outros trabalhos o produto é em geral algo material, o produto do trabalho do professor é o aluno, o que faz com que o professor crie uma relação mais estreita com esse produto, na maioria das vezes uma relação afetiva, ao ponto deles desempenharem funções que não são consideradas as principais da sua profissão como escutas empáticas e envolvimento com o cotidiano dos alunos.

Nos discursos, em meio ao prazer que os professores afirmam encontrar no seu trabalho, também existem as frustrações que parecem ser provenientes da demanda emocional

que o trabalho exige, da tensão existente nele e do esvaziamento da vida particular decorrente principalmente da onipresença do trabalho, que parece tornar a vida do professor igual ao trabalho. Por mais que tente separar vida pessoal e vida profissional, o professor tende a ser professor o tempo todo, ou seja, mesmo estando num momento de lazer, o professor ainda olha as coisas a sua volta pensando no seu trabalho. Corroborando, Codo e Vasques-Menezes (2000, p.38) afirmam “o professor é mesmo um professor 24 horas por dia. Ele está em constante estado de atenção e vigilância; nunca consegue relaxar completamente”.

6 SÍNTESE PROVISÓRIA

A pesquisa objetivou compreender os sentidos que um grupo de professores de uma universidade pública atribui ao seu trabalho, em tempos de flexibilidade. A partir dos resultados da pesquisa, já apresentados e discutidos, este texto sintetiza provisoriamente suas compreensões afirmando que os sentidos do trabalho, para este grupo específico de docentes universitários, emergem como uma tensão dialética existencial (prazer/sofrimento), que se lhes apresenta como constituinte e estruturante de sua ação no mundo. Esta tensão dialética existencial se manifesta em falas que elaboram prazer e sofrimento como uma totalidade contraditória, uma vez que construída no movimento dialético homem-cultura.

Esses sentidos são “tecidos” nas múltiplas relações entre identidade (eu), alteridade (o Outro), e pluralidade (os Outros), donde a compreensão desta tensão dialética existencial não pode ficar restrita, ou aprisionada, aos sujeitos em si mesmos, mas a esses sujeitos em suas relações no mundo. Esses sentidos são, portanto, sentido social. Como estão inseridos no mundo, esses sujeitos socializam sentidos que são permanentemente construídos e reconstruídos na dinâmica das relações indivíduo-sociedade, nos diversos contextos em que se passam suas existências. Nesta pesquisa, tratou-se especialmente do contexto do mundo do trabalho universitário, que, como eles próprios socializaram em suas falas, inclui e ultrapassa os “muros das universidades”.

Os resultados autorizam afirmar que o discurso contemporâneo da flexibilidade, que prevê processos produtivos, organizações e gestão flexíveis, também se instala em contextos não industriais prescrevendo trabalhadores [intelectuais] flexíveis, com vidas flexíveis. A análise indica que a vivência do prazer no trabalho dos professores convive com desprazer, donde cumpre interrogar: como se opera esta tensão dialética existencial de prazer-sofrimento, no trabalho desses professores? Sinteticamente, os resultados podem ser agrupados em três pares dialéticos constituintes desta tensão, que qualificam os sentidos do trabalho para esses sujeitos, na atualidade, conforme representado graficamente pela Figura 3: (i) *Contato humano* ↔ *divergências nos relacionamentos*; (ii) *Lugar-independência-ação-conhecimento* ↔ *Burocracia*; (iii) *flexibilidade de horário* ↔ *trabalho onipresente*.

Assim é que o prazer do *contato humano* tornado possível pelo contexto do trabalho na universidade, inclui a possibilidade de *divergências nos relacionamentos*; divergências essas tornadas possíveis pela existência do contato; e o possível sofrimento oriundo de tais divergências também qualifica o prazer do contato humano que eles buscam no trabalho.

Já o sofrimento associado por eles à vida numa “*burocracia burra*”, dialeticamente se desvela como prazer ligado à concretude de: (i) ter um *lugar*, o que em termos burocráticos se traduz em ser ocupante de cargo numa organização formal; (ii) ter garantida a *independência financeira*, por meio da regra burocrática de remuneração associada ao cargo; (iii) poder praticar uma *ação* que, burocraticamente, está associada ao exercício de uma profissão; (iv) ter o *conhecimento* como fonte de poder e localização hierárquica, princípio essencialmente burocrático. Assim, ao mesmo tempo em que *lugar-independência-ação-conhecimento* emergem como prazer associado ao trabalho, esses temas também qualificam o sofrimento do

qual os sujeitos entrevistados tentam escapar: viver aprisionado em uma burocracia. Esse resultado se torna relevante especialmente em face da chamada “morte da burocracia”, tema próprio ao discurso da flexibilidade, donde alguns questionamentos são passíveis de investigação: A burocracia “morreu”? O que foi flexibilizado?

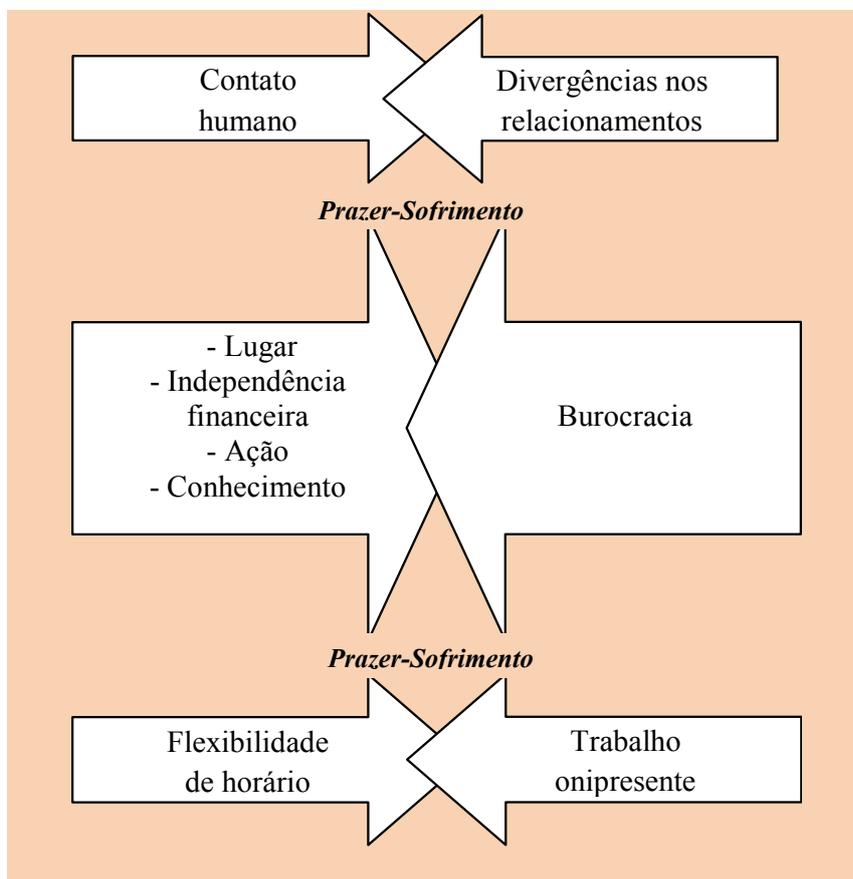


Figura 3 – Síntese da pesquisa: tensão dialética existencial

Fonte: elaboração própria, dados da pesquisa (2011)

Quanto ao par dialético *flexibilidade de horário* ↔ *trabalho onipresente*, se por um lado é possível argumentar que ele apresenta uma histórica idiossincrasia da profissão docente, também é forçoso admitir que, em tempos de flexibilidade, contradições como essa tendem a ser potencializadas, levando o profissional docente a possivelmente correr mais riscos de estresse e outras doenças ocupacionais, geradas pelo contexto de intensificação [flexível] do trabalho, do que trabalhadores de outras profissões. Agregue-se a isso a visão gerencialista pragmática, com foco nos resultados, sem correspondente reflexão sobre os meios e sobre os próprios resultados, que tem se implantado no contexto da chamada nova gestão pública, que, mesmo que indiretamente, tem atingido as universidades públicas.

Finalmente, os autores propõem que a síntese provisória deste trabalho seja vista como um convite à interlocução. Entendem, ainda, que tal interlocução só se tornará possível pelo desenvolvimento de outros trabalhos que contemplem as necessárias incompletudes deste.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B.C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.1, p.3-10, jan./mar. 2003.
- AKTOUF, O. **Pós globalização, administração e racionalidade econômica: a Síndrome do Avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- _____. **Administração e Teorias das Organizações Contemporâneas: Rumo a um Humanismo-Radical Crítico?**. **O & S**, v. 8, n. 21, p. 13-33, maio/ago. 2001.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 2008.
- AMORIM, I. B. **Representações sociais de professores sobre o trabalho docente do ensino superior privado**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT09-4862--Int.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2010.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 2005.
- _____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Rev. Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n. 2, p. 53-61, 2003.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 2003a.
- _____. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. (9 ed.) São Paulo: Cortez, 2003b
- ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. RJ: Forense Universitária, 1995.
- BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENDASSOLLI, P.F. **Psicologia e trabalho: apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. (Coleção Debates em Administração).
- _____. Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. São Paulo: Idéias & Letras, 2005. Coleção Management, 3.
- BOGDAN, R.; BILKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BORGES, L. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional, **Revista de Administração Contemporânea**, v.3, n.3, set./dez. 1999.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. A Nova Bíblia do Tio Sam. **Le Monde Diplomatique**, ano 1, n. 4, ago. 2000.

- BRESSER-PEREIRA, L.C. Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. **Revista de Administração de Empresas**. v. 50., n.1, jan/mar. 2010, p. 112-116. Seção Pensata.
- CARLOTTO, M. S. Síndrome de *burnout* e características de cargo em professores universitários. **rPot**. v. 4, n. 2, p. 145-162, jul./dez, 2004.
- CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In.: TRINDADE, H.(organizador).**Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.
- CODO; W.; SOR, L.; VASQUES-MENEZES, I. **Saúde mental e trabalho**. In: ZANELLI, J.E.B.A; BASTOS, A.V.B. (orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 276-299.
- _____.; VASQUES-MENEZES, I. Burton: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**. São Paulo, 2000. 1 folder.
- COSTA, A. C.; MARAFON, A. M. M. A constituição do professor como trabalhador. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.36, p. 153-166, dez.2009 -. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art12_36.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- FARIA, J. H.; KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo trabalho em transformação. **Revista de Administração**. v. 10, n. 5, set./out., 2004
- FIGLIOLI, J. O. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FONTENELLE, I.A. **Pós-modernidade: trabalho e consumo**. São Paulo: Cengage Learning,2008. (Coleção Debates em Administração)
- GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume: 2003.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HYPOLITO, A. M. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/hypolito_Teo_Ed.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- MADUREIRA, C.; RODRIGUES, M. A Administração Pública do século XXI: aprendizagem organizacional, mudança comportamental e reforma administrativa. **Comportamento Organizacional e Gestão**. vol. 12, nº 12, nº 2, p. 153-171, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a02.pdf>>, Acesso em: 12 dez 2009.
- MIRANDA, K. **As transformações contemporâneas no trabalho docente: repercussões em sua natureza e seu processo de trabalho**. V Seminário da REDESTRO- 06 e 07. Nov. 2006, UERJ-Rio de Janeiro.
- MENDES, A. M. B. **Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional**. 1999. 306f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- MENDES, L.; et al. Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, n. 2, p. 527-556, set., 2007.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MORIN, E. Os Sentidos do Trabalho. **Revista de Administração de Empresas**. v.41, n. 3, p. 8-19, jul./set., 2001.

_____. TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. O Trabalho e seus Sentidos. **Psicologia & Sociedade**. v.19, p.47-56, edição especial 1, 2007

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Editora brasiliense. 1981.

_____.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2006.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências**

Sociais, São Paulo, v.4, n.10, 1989. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm

OLIVEIRA, S. R. **Os Sentidos do Trabalho para dentistas filiados à Uniodonto**. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OSÓRIO, F.M. Novos rumos da gestão pública brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (REGE)**. n. 1, mar/mai, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista>> Acesso em 12 dez 2009.

RAMOS, A.G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SAVIANI, D. **Trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Disponível em:<<http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/cornelioprocopio/arquivos/File/Ensinomedioblocos/Encontro3Otrabalhocomoprincipioeducativo.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 6. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

WILBERT, A.Z. **Aprendizagem nas organizações do conhecimento: uma proposta metodológica para o processo de formação continuada**. 2002. 166 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia da produção - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.